

8. Reminiscências de uma cidade pantaneira

Maria de Lourdes Fanaia Castrillon³²

RESUMO: Este texto contempla as reminiscências da cidade de Cáceres através de algumas produções literárias do protagonista cacerense Natalino Ferreira Mendes, articuladas com os documentos do poder público da cidade (APMC) e a historiografia da Câmara Municipal. Natalino Ferreira Mendes reúne diversos aspectos sobre a cidade, ressalta as instituições, a política e a educação; aponta as festividades cívicas e religiosas, os aspectos culturais, além de elencar alguns fatos históricos do local e da História do Brasil. Essas questões são abarcadas nas diversas temporalidades por meio de fontes documentais elaboradas pela administração Municipal. Para tanto, neste texto, as reminiscências da cidade estão contidas nas obras: Memória cacerense e História de Cáceres, Evolução e Forças Armadas, suportes para compreensão da História local e de Mato Grosso.

Palavras-chave: Cidade; Cáceres; Natalino Ferreira Mendes.

Artigo recebido em	Artigo aprovado em
1 de maio de 2024	5 de setembro de 2024

REMINISCENCES OF A SWAMP CITY

ABSTRACT: This text contemplates the reminiscences of the city of Cáceres through some literary productions of the protagonist from Cáceres Natalino by F. Mendes, articulated with the documents of the city's public authorities (APMC) and the historiography of the City Council. Natalino F. Mende brings together various aspects about the city, highlights the institutions, politics, education, civic and religious festivities, cultural aspects, in addition to listing some historical facts about the place and the History of Brazil. These issues are covered in different temporalities through documentary sources prepared by the Municipal administration. For this purpose in this text, the reminiscences of the city are contained in the works: Memória cacerense and História de Cáceres, Evolution and armed forces, supports for understanding the local history and of Mato Grosso.

Keywords: City; Cáceres; Natalino.

32 Doutora em Estudos da Cultura Contemporânea (ECCO-UFMT), professora da Universidade de Cuiabá (Unic). E-mail: mary_lourdes1996@hotmail.com.

Introdução

A memória de um povo
Não é apenas lembranças de fatos,
Mas um manancial de ensinamentos
Que ali alimenta o presente.
Mendes (1995)

O Escritor cacerense Natalino Ferreira Mendes nasceu nas primeiras décadas do século XX, em 3 de janeiro de 1924, em São Luiz de Cáceres-MT. Filho de Anatólia Trindade Mendes e de Bertholdo Ferreira Mendes, faleceu em 2011 aos oitenta e sete anos deixando muitos legados na cidade natal. Durante sua trajetória de vida exerceu várias funções: professor, funcionário público Municipal, Diretor de escola, Secretário da Administração Municipal de Cáceres de Desenvolvimento Social por mais de vinte anos.

Diretor e professor do Instituto “Onze de Março”, estabelecimento particular de ensino primário que ajudou a criar (1944 a 1948), transformado em escola pública com o nome de Colégio Estadual “Onze de Março”, atuando como professor de Português de 1948 a 1980. Desse Colégio foi Diretor por dois períodos: de 1948 a 1956 e de 1961 a 1966, além de trabalhar, também, como professor da Escola Normal do Colégio Imaculada Conceição, das Irmãs Azuis de França. No final dos anos 1970 fez o Ensino Médio na Escola Técnica de Comércio Raimundo Cândido dos Reis, anexa à Escola União e Força (Mendes, 2021).

Além disso foi membro do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT), empossado em 1977 e da Academia Mato-Grossense de Letras (AML), fundou o Instituto Histórico de Cáceres (IHGC) em 2002. Como todos sabem, Natalino F. Mendes era poeta, memorialista, cronista e historiador. Seu estilo de escrita envolve vários gêneros: poesias, crônicas, fatos históricos e o cotidiano cacerense, além dos discursos oficiais disponíveis no site Natalino Ferreira Mendes³³. O personagem cacerense passou ho-

³³ Disponível em: <<https://natalinoferreiramendes.com.br/o-mestre/biografia>>. Acesso em: 14 jul. 2024.

ras em sua rica biblioteca anotando, transcrevendo, datilografando fontes, ou seja, cuidando da memória cacerense. De modo muito versátil sua escrita reúne um amontado de produções literárias, fictícias ou não, envolvem casos do cotidiano, fatos históricos, lendas e poemas que expressam um determinado acontecimento nos diversos aspectos: econômico, político, social e cultural da cidade.

Desse modo, Natalino F. Mendes produziu uma escrita focado sempre no mesmo espaço: a cidade de Cáceres, perpassando por várias temporalidades, apontando diversos assuntos sobre a cidade, ruas e praças, o rio e a poluição, a natureza paisagística, dados populacionais, localização geográfica entre outros. O autor enfatiza vários personagens da localidade, do Estado mato-grossense e da história do Brasil, de outros municípios e envolve diversas categorias sociais, do homem rural ao governante, através de documentos, especialmente os que foram produzidos pelo poder público, em especial a Câmara Municipal de Cáceres. Zattar (2022, p. 20) considera que uma das preocupações do memorialista Natalino Ferreira Mendes são os temas históricos e sociais da cidade de Cáceres que têm como protagonista o homem em suas múltiplas faces, a partir de sua fundação. A cidade foi movimentada não só pelo homem governante, fosse capitão general, vereador de vários períodos, prefeitos, heróis e mitos, mas também inclui moradores de diferentes segmentos sociais entre outros:

[..] o guató, o trabalhador rural, o agregado, o vaqueiro, o canoeiro, o boia-deiro, o tropeiro, o peão, o carreiro, o pescador, e, continuando o espírito aventureiro dos ancestrais, fez-se, também, o garimpeiro, o seringueiro, o caçador de animais silvestres, e, sobretudo, o poaieiro, que sustentou rendoso comércio no Município (Mendes, 2021, p. 63).

Portanto, pode-se dizer que o cacerense teve a intenção de abarcar as reminiscências citadina pelos vários gêneros literários em diversos momentos históricos, reunindo assuntos sobre a economia, política, cultura e o aspecto social. Os assuntos contemplam eventos, memórias, sentimentos e, como já mencionado, os diversos moradores de diferentes categorias sociais. Na época em que Natalino produziu suas obras, observa-se que não teve a pretensão de seguir uma linha teórica metodológica. Isento de regra ou de um estilo literário, produziu uma escrita flexível, sem fronteiras entre as

áreas do conhecimento. Distante das formalidades, sua produção aproxima-se de um hibridismo. Ao falar dos lugares Natalino enfatiza a geografia, a história, as comemorações, as instituições, a economia, a cultura da cidade, as festas cívicas e religiosas, o cotidiano dos moradores, ao mesmo tempo em que demonstra sensibilidades e o sentimento de pertencimento. Canclini (2019), ao estudar as culturas na América Latina, considera que não há uma cultura homogênea numa sociedade e defende o processo do hibridismo cultural, quando duas ou mais culturas se dialogam permeadas por conflitos e negociações. A hibridação pode ser encontrada em outros campos: na política, economia, e até mesmo na literatura.

A América Latina, por exemplo, propõe-se como lugar de produção de conhecimento híbrido por natureza, pois os gêneros literários têm alcançado aqui uma funcionalidade inovadora nos processos cultura (D'Angelo, 2009, p. 2). Nas diversas obras de Natalino Ferreira Mendes encontram-se crônicas, poemas, contos, lendas, fatos históricos e o cotidiano da cidade, são gêneros literários reunidos numa mesma obra características da hibridação. Como já foi dito, sua escrita não se resume a um só gênero. De maneira versátil o autor reconstrói o espaço citadino pantaneiro numa fronteira que, para além da geográfica, envolve descendentes da cultura indígena, afro-brasileira, portuguesa, italiana, espanhola, boliviana, síria e libanesa, entre outros, portanto uma diversidade de culturas. Dessa forma, o uso das abordagens literárias histórica, ficcional, realista e/ou poéticas enriquece suas produções, porque, além de recontar o cotidiano recriando a realidade, oferece mais condições ao leitor para se impor perante o mundo em que vive. (Rigo; Rodrigues e Fortaleza, 2019, p. 4).

O autor apresenta a cidade articulando-a com o passado não só pelos registros documentais, mas pelas experiências vividas, mostrando vários lugares que constituem memórias significativas, qual seja a temporalidade. Esses lugares da cidade são constantemente utilizados pelas pessoas, que convivem em um cotidiano urbano, buscando dar sentido as suas existências. (Leite, 2018, p. 63).

As fundamentações das diversas edições publicadas sob autoria de Natalino F. Mendes estão amparadas nas variadas fontes documentais criadas pelo poder público do município de Cáceres. É possível dizer que foi um dos primeiros a abordar as diversas fontes históricas produzidas pelo poder público local, e que compreendem os séculos XVIII até meados do século XX,

Figura 1: Ferramenta de trabalho de Natalino Ferreira Mendes



“A máquina de onde
brotaram as histórias
e as poesias da cidade.
Utilizou-a até o fim da
vida e ainda hoje é parte
do seu acervo pessoal.”

Fonte: acervo do site de Natalino Ferreira Mendes

localizadas no Arquivo Público Municipal de Cáceres (APMC). Natalino F Mendes foi um estudioso visionário que dedicou parte de sua vida produzindo memórias sobre a cidade e seus moradores, possuía um rico acervo bibliotecário, jornais, revistas entre outros que constitui atualmente o acervo do Instituto Histórico Geográfico de Cáceres (IHGC). O escritor Natalino, já pesquisava a farta e rica documentação existente no arquivo Público Municipal de Cáceres (APMC), antes de surgir a Universidade Estadual de Cáceres, que atualmente oferta à comunidade acadêmica diferentes modalidades de cursos incluindo os Programas de Pós-graduações (*Lato Senso e Strito Senso*).

Vale lembrar que, na época em que Natalino Ferreira Mendes começou a publicar seus livros na década de 1970, o ensino da História, era baseado nos fatos cronológicos, numa história linear distante das problematizações, não havia ocorrido a revolução historiográfica. Essa forma de registro e interpretação histórica só se alterou com o surgimento da História nova no final da década de 1980, que proporcionou novos objetos, novas abordagens e novo repensar sobre a história, portanto novas problemáticas. Para tanto a Lei de 9934/96 proporcionou a quebra de paradigmas no ensino de história com os temas transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNS).

Consequentemente, surgiram as mudanças curriculares considerando especialmente as manifestações culturais de diferentes etnias indígenas e africanas. Reafirma-se que o momento em que o autor produziu suas pesquisas não envolvia as propostas educacionais e historiográficas mencionadas, portanto, é preciso entender o momento em que foram produzidas as obras, como também a formação escolar do escritor cacerense que provavelmente tenha sido na década de 1940.

Outro ponto importante a observar é a época em que o autor pesquisou, não havia recursos financeiros e maiores facilidades como atualmente. Hoje, as universidades possuem incentivos para a produção de pesquisa e órgãos de fomento, como é o caso da Fapemat, assim como as Secretarias de Educação do Estado e do Município disponibilizam recursos financeiros pela Lei de incentivo à cultura. Atualmente, com o acesso à tecnologia, sabemos que são instantâneas a circulação de informações e das publicações literárias devido as redes sociais e os *eboccks*, meios acessíveis para que as mensagens comunicacionais atinjam o cotidiano dos consumidores. Nas décadas de 1970, 1980 e 1990 não existia essa possibilidade. Não havia informações à disposição para se encontrar uma referência bibliográfica. No entanto, isso não significa que o autor seja o inventor da roda e que a sua produção literária deve ser considerada como se estivesse em estado de graça, mas é preciso reconhecer o momento em que escreveu, o lugar social que ocupou. De modo geral as produções contribuem com os aprendizados na educação básica e especialmente com os estudos da História local, talvez seja um suporte pedagógico capaz de contemplar a proposta da Base Nacional do Currículo Comum (BNCC).

Ao ler as obras de Natalino Ferreira Mendes num determinado momento da vida acadêmica senti a curiosidade de conhecer a documentação utilizada pelo autor, que se encontram no Arquivo Público Municipal de Cáceres (APMC). Na ocasião me deparei com as fontes do século XIX e primeiras décadas do século XX da Câmara Municipal de Cáceres e a partir da consulta das documentações, leituras, transcrições e fichamentos surgiram vários questionamentos e desse modo desenvolvi a pesquisa no curso de Mestrado em História da UFMT: “O governo local na Fronteira Oeste do Brasil: A Câmara Municipal de Cáceres no século XIX”. Um dos objetivos da pesquisa foi mostrar como os vereadores pensavam a cidade naquele momento e o principal fundamento da abordagem são as fontes do arquivo Muni-

pal. Mas o que as fontes registram? Quem são os protagonistas mencionados nas fontes? Abaixo consta uma breve abordagem sobre a documentação que transcrevi aproximadamente 500 atas, além de outros que complementam dados da referida fonte.

Breves apontamentos sobre o Guardião da Memória Cacerense.

O Arquivo público Municipal de Cáceres (APMC), é um órgão da Prefeitura Municipal criado pela Lei nº 695 de 9 de maio de 1978, onde estão reunidas a documentação da Câmara e da prefeitura.

Ressalta-se que os primeiros registros da memória da Câmara Municipal de Cáceres surgiram em 1859, com a instituição camarária. Os registros da Câmara Municipal de Vila Maria do Paraguai foram confiados ao escrivão, que acompanhava registrando passo a passo os assuntos discutidos nas sessões ordinárias e extraordinárias da Câmara. O arquivo no século XIX, ficava em uma das salas da própria instituição camarária e no artigo 49 da Lei de 1828 consta o seguinte:

Art. 49. Igualmente mandarão fazer os cofres e armários precisos não os havendo, para a guarda dos documentos das eleições, escrituras, e mais papéis que formam o arquivo da Câmara, e onde se tenham os livros de vereações, tombos, e quaisquer outros: os quais todos devem ser numerados e rubricados pelo presidente gratuitamente, com seus termos de abertura, e encerramento.

Na época, a maior importância do cargo do escrivão era a habilidade da escrita, uma característica não apenas do escrivão da Câmara de Vila Maria do Paraguai, mas de todos os municípios do Brasil. Outra função do escrivão era zelar pelas correspondências da Administração Municipal, uma prática comum aos escrivães de outras Câmaras no período império português.

Em Vila Maria do Paraguai, as deliberações mais frequentes instituídas pela Câmara correspondiam à manutenção da tranquilidade dos municípios, da segurança, da ordem pública, da saúde e da comodidade dos habitantes, a construção dos edifícios públicos e privados, a abertura de

esgotos e limpeza de ruas, iluminação, regulação das tabelas de preços dos gêneros alimentícios, autorização da abertura de lojas e vendas e podiam ainda editar as arrematações dos contratos. Em suma, todas as deliberações do governo municipal estavam relacionadas à urbanidade (Castrillon, 2006, p. 44).

Nesses registros são abordados todos os assuntos sobre a cidade de Cáceres, e muitos deles utilizados por Natalino F. Mendes. De modo geral, é possível perceber na documentação como Cáceres foi descrita sob a ótica dos vereadores.

O orçamento do Município do século XIX compõe o *corpus* documental do arquivo contendo as receitas e despesas, e dessa documentação pude averiguar as atividades comerciais, seus proprietários, o consumo dos gêneros alimentícios pela população e o perfil socioeconômico dos vereadores e as relações de poder. Através da documentação foi possível estudar e compreender todas as deliberações da administração pública as quais podiam interferir no cotidiano dos moradores tais como: as deliberações do funcionamento da economia, o traçado urbano e sua expansão, as formas de arrecadações, as receitas e despesas entre outros.

Cabia à Câmara Municipal cuidar, administrar e legalizar a regras políticas, econômicas e culturais que interferiam no modo de viver dos moradores e, nesse sentido, “policia” a vila Maria do Paraguai. No século XVIII, no Brasil pelas Ordenações Filipinas as câmaras municipais tinham funções administrativas, judiciais, fazendárias e de polícia. Já no século XIX, elas compreendiam só o poder executivo e o legislativo, legitimadas pela Constituição de 1824 e pela Lei de 1828. Essa última Lei autorizava o processo eleitoral, estabelecia a arrecadação das rendas, funcionamento da Câmara e suas funções.

Os primeiros registros da administração pública municipal de Cáceres, são os livros atas, datados dos anos de 1860 a 1880. No Arquivo Municipal de Cáceres, constam livros atas do século XIX que compreendem os anos de 1860 a 1889 e as do século XX compreendem os anos de 1890 a 1940. Esses documentos referentes ao século XIX estão constituídos em livros, organizados em caixas; os livros registros são legíveis em sua maioria, porém são documentos que estão sem tratamento de arranjo e catalogação e sem um ambiente com bom acondicionamento.

As atas do século XIX compreendem um total de quarenta e três livros, reunidos em sete caixas e, já os documentos avulsos encontram-se em apenas uma caixa, com algumas folhas ressecadas e rasgadas. Os documentos avulsos compõem-se de uma diversidade de peças documentais, como: recibos de pagamentos referentes à limpeza pública fornecidos às pessoas que não tinham “agência”; recibo de compra de velas para iluminação da cadeia; recibos pagos ao fiscal da Câmara, ao porteiro e ao secretário. Os livros contêm o termo de abertura e o de encerramento, assinados pelo presidente da Câmara e pelo escrivão. Todas as páginas são numeradas e rubricadas.

Nesses livros estão registradas as correspondências recebidas e expedidas e aquelas que circulavam na localidade. As correspondências recebidas, geralmente eram aquelas que os vereadores recebiam do Presidente de Província e as expedidas eram aquelas enviadas pelos vereadores aos presidentes de Província e ao imperador. Por sua vez, as correspondências internas eram aquelas que circulavam entre a Câmara e autoridades locais como: Comandante da Guarda Nacional, comandante do distrito militar, delegado de polícia, juiz de paz e juiz de direito. Assim, mediante uma leitura atenta é possível perceber as classificações das atas se recebidas, expedidas ou de circulação interna.

Geralmente o termo de abertura dos livros atas, era da seguinte forma:

Há de servir este livro para registro de toda a correspondência feita pela Câmara Municipal desta Vila, suas folhas são todas por mim numeradas, rubricadas com o apelido que eu Jorge assino levando no fim termo de encerramentos: Vila Maria [...].

As atas da Câmara Municipal de Vila Maria demonstram a hegemonia do poder público cargos ocupados pelos vereadores que formaram a elite local na época, além de disso ocuparam vários cargos nas demais instituições (delegado polícia, juiz municipal, comandantes da Guarda Nacional, militares, proprietários de terras e de lanchas entre outros). Era um grupo que detinha posição de poder mais que outras pessoas da vila, além da posição social, fosse pelo cargo que ocupava ou pela questão socioeconômica. Os registros das Atas revelam múltiplas ações administrativas, vários aspectos relacionados à vida orçamentária da Câmara, o processo urbanístico, o processo eleitoral e o papel dos segmentos sociais no espaço urbano. Por outro

lado, as informações registradas por esse oficial da Câmara também devem ser consideradas, conforme o período do século XIX, as quais podem ter sido filtradas compreendidas e registradas de acordo com seu entendimento e contexto da época.

Outro documento criado no século XIX foi o Código de Posturas, um dispositivo elaborado pelos vereadores no qual constam as prescrições que regulavam o cotidiano da vila e a forma como se dava a arrecadação de tributos. Isso significa que os vereadores não governavam sem essa ferramenta. Importante ressaltar que o governo provincial interferia tanto na elaboração das prescrições das posturas, como nos impostos a serem cobrados pelo município, aspecto que trataremos mais adiante (Castrillon, 2006, p. 44). Encontram-se no arquivo dois Códigos de Posturas para Vila Maria, o de 1860 e o de 1888.

O Código de Posturas de 1860 é composto de menos artigos que o de 1888, a diferença é que esse último contém normativas do cemitério São João Batista. Os itens contidos no Código de 1860 referem-se à saúde pública, venda dos gêneros alimentícios, concessão e alinhamentos das ruas, limpeza pública, ornamento das ruas, obras públicas, medidas preventivas, estradas, conservação das matas e artigos regimentares. Compreendem conjunto normativo sobre o ordenamento urbano ao mesmo tempo segregando espaços para determinado segmento social os escravizados.

Vale lembrar que são escassos os estudos referentes à administração municipal no período imperial. Na historiografia local e de Mato Grosso é uma documentação rica e farta que envolve muitos questionamentos ainda a estudar. O arquivo possui também registros de intendentess municipais até a década de 1940, bem como variados jornais de diferentes épocas a partir do século XIX incluindo o século XX. Entre as fontes encontram-se, jornais, uma rica e farta documentação do processo eleitoral do século XIX e das primeiras décadas do século XX, decretos e legislações diversas. Além disso, consta também documentos variados da prefeitura municipal, como exemplo contratos e distratos de trabalho, documentos da Secretaria da Saúde do município em estudo, entre outros.

Reminiscências da cidade

Na obra “Memória Cacerense” o autor de Natalino F. Mendes apresenta um cenário urbano e rural em diversos períodos elegendo vários lugares como a própria fundação da cidade, o Rio Paraguai, a organização da cidade no século XIX, e algumas instituições, como escolas, comemorações cívicas e sociais, a cadeia pública, o Etrúria, a Câmara Municipal, entre outras.

Segundo Natalino F. Mendes, após a criação da capitania de Mato Grosso (1748), Luís de Albuquerque de Melo P. e Cáceres, para consolidar as conquistas da soberania portuguesas, lança o olhar sobre o majestoso Rio Paraguai, e diz que do Jauru até o Guaporé e o lugar escolhido não poderia ser o melhor:

[...]aquele ponto do mapa em que Cuiabá e Vila Bela cruza com o rio Paraguai, francamente navegável nas proximidades da linha da fronteira com os espanhóis. A povoação é fundada sob nome de Vila Maria do Paraguai em obséquio ao real nome de sua majestade a rainha de Portugal, D. Maria I. (Mendes, 1998, p. 30).

Cáceres surgiu em 6 de outubro de 1778 como parte da política da Coroa Metropolitana portuguesa de defesa da fronteira oeste contra a invasão dos espanhóis (Peraro, 2001, p. 27). Importante lembrar que embora a povoação tivesse sido fundada e designada na ata de fundação com a categoria de “vila”, fora apenas uma questão nominal. Dois anos depois da fundação 1778 era apenas uma “freguesia”, categoria adquirida em 1780 que perdurou até 1859 (Castrillon, 2006).

Segundo Caio Prado Júnior (1957, p. 304), freguesia era uma circunscrição eclesiástica que formava a paróquia, sede de uma igreja paroquial e que servia também para a administração civil. A passagem de uma povoação à freguesia dependia do reconhecimento da igreja e seus adros pela metrópole e, além disso, o nome de um santo, geralmente o do padroeiro frequentemente dava nome ao lugar. A referida localidade quando elevada à categoria de freguesia no ano de 1780, foi denominada de: “São Luiz de Vila Maria do Paraguai.

No entanto para um local adquirir o status de vila, um dos critérios segundo Murilo Marx (1991) dependia de um ajuntamento esparso de casas

em torno de um templo, um certo aumento populacional (maior que o da freguesia), bem como o aumento da riqueza material. O reconhecimento da casa da Câmara estava associado com o aumento demográfico que permitia arrecadação de impostos e garantia o processo eleitoral. Sobre essa passagem de freguesia à vila, depois à cidade, Mendes revela em sua obra:

[...] a freguesia conseguiu emancipação em 1859 quando foi criado o município e quinze anos mais tarde a elevação municipal á cidade em 1874 com o nome de São Luís de Cáceres em homenagem ao padroeiro e ao fundador lusitano Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres (Mendes, 1988, p. 60).

Com a instalação da Câmara Municipal em 1859, pelo Decreto provincial de nº 1, uma nova etapa surgia em Cáceres, antes considerada freguesia passando a ser vila, já que adquiriu a emancipação política, denominada de Vila Maria do Paraguai, passou a ser conduzida pelos vereadores. Ressalta-se que Vila era sinônimo de Câmara Municipal, e no século XIX, a instituição fazia parte da estrutura política do governo imperial, era um órgão administrativo que conjugava com as decisões da Coroa imperial cujos estatutos foram legitimados pela Lei de 1828, hoje denominada de Lei Orgânica. A Câmara localizava-se onde atualmente é a escola Raimundo Candido dos Reis. Na parte de baixo estava a cadeia velha (transferida em 1938 para a Rua 13 de Junho). Em cima a Casa da Câmara. Porém como já foi dito, era na casa da Câmara que ficava o arquivo da administração Municipal.

Pelas leituras das atas da Câmara são constantes as reclamações feitas pelos vereadores ao Presidente de Província sobre a insuficiência da arrecadação municipal, responsável pelo entrave para que ‘os bons desejos’ fossem realizados, aquelas voltadas para as obras públicas de Vila Maria. Na época o governo central era macrocefálico, tinha cabeça grande, mas braços curtos, não alcançando as municipalidades e mal atingia as províncias (Carvalho, 1996, p. 384). Vila Maria do Paraguai como fazia parte da configuração do sistema político brasileiro, da Corte Imperial acabava recebendo influências fosse por meio da existência dos partidos políticos Liberais e Conservadores, que se constituíram a partir das regências; das arrecadações de impostos pois muitos não ficavam nos cofres da localidade, eram destinados aos cofres do governo provincial, e da Corte imperial além de outras questões.

Vila Maria se torna cidade em 1874 pela Lei provincial de nº 03, documento transcrito por Mendes (1988) que, ao se referir à cidade de Cáceres no século XIX, se apoia no Código de Posturas, documento que regulou o espaço citadino e destacou a preocupação com o Rio Paraguai, assunto contido no referido documento, ou seja, a principal ferramenta da governança dos vereadores. Além disso, Mendes faz referência sobre o Porto Mário Correa inaugurado em 1928, atribui adjetivo à cidade como *Princesinha do Rio Paraguai* e relembra a navegação fluvial, assunto esse que também consta na documentação da administração pública Municipal de Cáceres, incluindo a guerra do Paraguai. Esses acontecimentos, a navegação fluvial e a Guerra do Paraguai, são também assuntos abordados na pesquisa que desenvolvi, como consta abaixo.

A Guerra do Paraguai e a navegação fluvial

O Tratado de Amizade, Comércio e Navegação foi estabelecido em (1856), mas a questão dos limites e do domínio da margem direita do Rio Apa resultou em dissensões entre o Brasil e o Paraguai, culminando no conflito de 1864, quando as tropas paraguaias invadiram Mato Grosso (Reynaldo, 2004, p. 60). Durante A Guerra do Paraguai, Cuiabá e Vila Maria do Paraguai tiveram que se adaptar a uma nova realidade: o sul da província de Mato Grosso estava em poder dos paraguaios e a navegação do Prata bloqueada, o que provocou reflexos na província de Mato Grosso, sob vários aspectos.

Segundo Garcia (2005, p 34), quando a Guerra do Paraguai se iniciou:

“[...] a partir da ocupação da região sul de Mato Grosso por forças paraguaias ficou evidente o contraste entre as preocupações e iniciativas com a questão da defesa frente aos vizinhos platinos e bolivianos e o despreparo pela insuficiência das forças encarregadas de efetivar essa defesa na fronteira oeste.”

É preciso considerar que mesmo antes de ocorrer o conflito com o Paraguai, a fronteira boliviana, divisa com Cáceres, já era visada pelas autoridades da província de Mato Grosso com desconfiança por estar muito próxima de Vila Maria (Castrillon, 2006). Havia o medo dos paraguaios, bolivianos

e/ou desertores, considerados pelas autoridades como inimigos perigosos e conhecedores dos terrenos e das possibilidades de defesa da população, que tinham destino certo e procuravam os quilombos existentes na província (Volpato, 1993, p. 77). Para Volpato (1993), o medo do ataque por parte da Bolívia só foi controlado após a assinatura do Tratado de Comércio e Navegação em 1867, entre o Brasil e aquela República.

A fronteira boliviana fora ressaltada com veemência pelas autoridades políticas do governo provincial, sendo possível verificar nos relatórios dos presidentes de província, nos relatórios dos chefes de polícia na década de 1870, e em especial nas atas da Câmara Municipal de Vila Maria. Durante a Guerra do Paraguai, a referida fronteira foi alvo de atenção das autoridades do governo provincial e local de maneira mais intensa, pois os rumores difundidos na província de Mato Grosso, provocavam os micros rumores, numa revelação de que os variados medos não se tratavam apenas das epidemias. A fronteira não se resume apenas na delimitação geográfica entre um território e outro, entre Brasil (Cáceres) e Bolívia, mas sim, como espaço de construções linguísticas, culturais, econômicas e, também, políticas. A fronteira nessa perspectiva é caracterizada pela diversidade cultural, lugar simbólico (Silva, 2016, p. 50).

De modo geral a fronteira Boliviana foi enfatizada como um espaço da marginalidade, da criminalidade e como espaço que possibilitava fugas dos desertores e escravizados. Era, segundo Castrillon (2006), o lugar do perigo, da instabilidade, de desencontros e de movimentos diversos, pois havia notícias de quilombos no território da Bolívia. Os rumores diziam respeito à epidemia da varíola que na época gerou consequências negativas para a província de Mato Grosso. Os discursos sobre a “segurança pública” eram veementes, pois na época o termo segurança pública tinha um sentido mais amplo, pois também significava medidas preventivas contra as epidemias.

[..] quando uma população inteira espera o aparecimento de um inimigo, é bem raro que a presença deste não seja anunciada num dia para o outro um rumor quando é lançado, manifesta-se de tudo, produz metástases em múltiplas direções, passando do estatuto de “diz-se” ao de certeza (Lefebvre, 1979, p 59).

O fim do conflito trouxe em questão os limites com o Paraguai e possibilitou a abertura do Rio Paraguai à livre navegação para embarcações, favoreceu a exportação dos recursos naturais e importação de produtos manufaturados, beneficiando o comércio mato-grossense (Reynaldo, 2004, p. 82).

Para Mendes (1998, p. 61), a navegação fluvial firma-se com Corumbá, sul do Estado, com variantes para Cuiabá a nordeste e Barra do Bugres ao norte, o que dinamizou a região ribeirinha, sítios, fazendas e estabelecimentos de produtos da agropecuária e as atividades extrativas.

De modo geral, Mendes afirma que o comércio fluvial proporcionou uma fase de prosperidades pelas relações comerciais com outros Estados e com o exterior. O Presidente de Província Augusto Leverger (1869) dizia: há mais de um século, os limites ocidentais das freguesias de Albuquerque, Corumbá, Poconé, Vila Maria e Mato Grosso que são também limites do império com a república da Bolívia [...] foram definitivamente fixados pelo supramencionado Tratado de 1867. Vila Maria, a 60 quilômetros da República Boliviana, constituída por um destacamento militar desde 1868, quando os bolivianos se retiraram do lugar razão pela qual o presidente de província mencionou em seu relatório as “povoações do lado brasileiro.” Na Ata da Câmara Municipal de São Luís de Cáceres de (1875) consta:

[...] o Rio Paraguai atravessa o Mato Grosso constitui a Bacia do Alto Paraguai, separa-o da República da Bolívia; penetra na República do Paraguai e limita-se com a República Argentina, indo desaguar no Rio Paraná, aproximadamente a 40 quilômetros ao norte da cidade de corrientes. Considerando um rio de baixada, passa por Cáceres e estendesse dessa maneira, até a sua foz, permitindo assim, acesso a embarcações.

A partir da navegação fluvial, Vila Maria foi inserida numa rede de comunicações que a interligava a várias áreas do império e a outras nações. Surgiram estabelecimentos comerciais de maior porte, diferentes do comércio existente antes da navegação. Nesse comércio participavam Inglaterra, França, Alemanha, Bélgica e as importações vinham de Montevideú, Inglaterra, Alemanha, Itália e Portugal (Ayala & Simon, 1914).

Ao abordar a navegação fluvial pelo Rio Paraguai e a utilidade do comércio pela atividade industrial, os laços familiares e o intercâmbio social, Mendes (1998) destacou as lanchas, para tanto, descreve o desfile fluvial das

embarcações, citando nomes das mesmas, como a Itajaí de Gattas, Cabichi de Cassar, Santa'na de Leopoldo Chame e o Etrúria, pois, segundo Mendes (1998), Albuquerque já previa que Cáceres seria um Porto aberto para o mundo. O português Francisco dos Santos Fanaia (*in memoriam* em 1952, meu avô) era comandante de navio, proprietário da lancha Linda Aidê, que fazia o trajeto com passageiros de Cáceres para Corumbá, na época era o principal meio de transporte.

Na obra *Anhumas do Pantanal*, Mendes (1993, p. 53) apresenta o poema sobre o vapor Etrúria, elucidando o passado da época da navegação, com o movimento do Porto e do Rio e desse modo manifesta a ausência da embarcação registrada no final da estrofe do poema que diz o seguinte: Etrúria!... O Paraguai está vazio... Fecharam-te o cais... Mas tu, navio, continuas vivendo na saudade (Mendes, 1993, p. 59).

A navegação fluvial ou o comércio fluvial perdurou aproximadamente até os anos de 1950, pois com o crescimento do Estado de Mato Grosso novos municípios foram incorporados. Para tanto surgiram a construção de rodovias, pontes e estradas de ferro, novos meios de transporte, favorecendo o escoamento da produção econômica, assuntos que não escaparam aos estudos de Mendes. O Etrúria é um poema descrito por Mendes que demonstra o movimento da navegação fluvial revela a ausência das embarcações que movimentaram as águas do referido Rio.

Mas é preciso lembrar outras utilidades do Rio que não se resumem a navegação fluvial.

O rio é referência para a cidade, no início do século XX, além de abastecê-la de água potável, é um espaço de sociabilidade intensamente utilizado, principalmente aos finais de semana, para pescaria, passeios de barco, banhos de rio, práticas esportivas aquáticas, antes de canalizar o abastecimento de água da cidade, fora espaço onde as “lavadeiras” ganhavam seus sustentos (Leite, 2018, p. 112).

Ao abordar o contexto do Rio Paraguai, Mendes aponta o Festival da Pesca, as lavadeiras e, diante do cenário citadino, a economia também é destaque na obra “História de Cáceres, origem evolução e presença das Forças Armadas”. Várias propriedades rurais são citadas como exemplo de economia, entre elas a fazenda Jacobina, a Descalvados, os estabelecimentos da

Ressaca, o paiol, Flechas, os sítios Taquaral, Formigas, Cachoeirinha, entre outros. Segundo Mendes (2010, p. 13), a economia cacerense baseava-se na agropecuária, nas atividades industriais e extrativistas e no comércio, cujo escoamento se deu pelo Rio Paraguai atingindo outras regiões do Brasil e o comércio de exportação. Sobre a propriedade Descalvados Mendes transcreveu a publicação do jornal do Brasil de 09-04-1891:

[...] Uma parte do Estado ocupada com o mais importante estabelecimento...

Descalvado propriedade do grande industrial Sr. Jaime Cibilis Buxaréu cuja atividade incansável e inteligente labor, ali criou um estabelecimento maravilhoso, onde trabalham máquinas possantes e moderníssimas e onde se exerce sua direção produzindo fecundíssimos resultados de onde tira a mais farta remuneração. Por muitas vezes o distinto registrou já o seu nome entre os beneméritos dos certames internacionais recebendo prêmios conferidos prêmios à superioridade dos produtos e à inteligência do trabalho (Mendes, p 12).

Outro exemplo de produção econômica da cidade, a partir da década de 1870, é a Fazenda Descalvados que tinha o saladeiro, um tanque com água e sal, para a produção do charque destinado ao mercado externo e interno, assim como o extrato de carne, além dos produtos derivados da criação do gado como o couro e a carne de gado.

A reabertura da navegação fluvial integrou Vila Maria aos centros mais importantes do país e da Europa. As exportações dos produtos retirados das propriedades rurais da localidade e os produtos importados oriundos da Europa ou de outras províncias brasileiras que segundo Castrillon (2006) chegavam ao porto do Rio Paraguai, provocaram o consumo bem como alteravam, em parte, o modo de viver de alguns moradores dessa vila pela circulação de notícias e ideias que ali chegavam.

Considerações finais

Cáceres surgiu no período colonial enquanto um pequeno povoado na fronteira Oeste do Brasil, tornou-se freguesia, depois Vila e cidade de São Luís de Cáceres, localizada na margem esquerda do Rio Paraguai, teve um dos mais importantes portos de Mato Grosso aproximadamente cinquenta anos relevantes para o comércio de exportação e importação pela navegação fluvial. O que se observa diante das produções do autor Natalino Ferreira Mendes são os diversos temas sobre o local que ajudam no aprendizado escolar somando-se a outras pesquisas existentes. Por outro lado, observa-se que há uma quantidade de assuntos ainda a serem pesquisados sobre Cáceres, e as pistas são indicadas nas obras de Mendes, disponíveis no site da biblioteca virtual ou física localizada na biblioteca Municipal de Cáceres, além do rico acervo do APMC. Pode-se dizer que pela abundância de temas e das fontes existentes é complexo fazer um fechamento sobre as reminiscências da cidade de Cáceres apontadas no texto, assim como também é complexo enumerá-las nas obras de Mendes.

Referências

AYALA & SIMON. *Album Graphico do Estado de Matto-Grosso*. Corumbá: Hamburgo Editores, 1914.

D'ANGELO Biagio. História híbrida da literatura uma questão de gênero. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, n.14, 2009. Acesso 19-06-2024.

CARVALHO, Murilo José. *A Construção da Ordem*. Teatro das Sombras. Rio de Janeiro: UFRJ-Dumará, 1996.

CASTRILLON, Maria de Lourdes Fanaia. *O governo local na fronteira Oeste do Brasil: A Câmara Municipal de Vila Maria do Paraguai no século XIX*. Dissertação de mestrado do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá. MT. 2006.

GARCIA, Domingos S. da Cunha. *Uma Província na Fronteira do império (1850-1889)*. Dissertação de Mestrado. Campinas: Unicamp. 2003.

_____. *Territórios e Negócios na Era dos Impérios*. Os Belgas na Fronteira Oeste do Brasil. Tese de Doutorado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2005.

LEFEBVRE, George. *O grande medo de 1789: Os camponeses e a revolução francesa*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

LEITE, Solange M. de Sã. *A Cidade de Cáceres/MT e o seu Patrimônio Cultural: Produção de um guia didático-histórico*. Dissertação ao Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História – Prof História da Unemat. 2019.

MARX, Murilo. *A Cidade no Brasil: Terra de Quem?* São Paulo: Edusp Nobel. 1991.

MENDES, Natalino Ferreira. *História da administração Municipal*. Cáceres: s/ed. 1973.

_____. *Memória Cacerense*: Carlini & Ciniato. 1998.

_____. *História de Cáceres: origem, evolução, presença da força armada*. Tomo II. Cáceres, ed , 2010.

_____. *Fragmentos da história cultural de Cáceres e outros fios da memória*. Olga M. C. M. (Org.). Cuiabá: Carlini & Ciniato Editorial, 2021.

_____. Disponível em: <<https://natalinoferreiramendes.com.br/o-mestre/biografia>>. Acesso em: 23 mai. 2024.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1957.

RIGO, Larissa Bortoluzzi; RODRIGUES, Luciane Volpato; FORTALEZA, Keynayanna Késsia C. O hibridismo da Literatura e do Jornalismo: crônicas de Juremir Machado. *Revista Literatura em Debate*, v. 13, n. 24, p. 149 - 167, jan./jun. 2019.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Cativos do Sertão: Vida Cotidiana e Escravidão em Cuiabá em 1850-1888*. São Paulo: Marco Zero; Mato Grosso: UFMT, 1993.

